



**São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF 13.985.420/0001-16

NIRE 41.300.093.091

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Emiliano Pernetta, 756 - 4º andar, Centro

Curitiba - PR

CEP 80420-080

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2018**

SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>7</b>
Balanços Patrimoniais .....	7
Balanços Patrimoniais .....	8
Demonstrações de Resultados .....	9
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	11
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>12</b>
1 Contexto Operacional .....	12
2 Concessões e Autorizações .....	12
3 Base de Preparação .....	13
4 Principais Políticas Contábeis .....	14
5 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	21
6 Clientes .....	21
7 Partes Relacionadas .....	22
8 Títulos e Valores Mobiliários .....	23
9 Investimentos .....	23
10 Imobilizado .....	23
11 Empréstimos e Financiamentos .....	24
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	25
13 Patrimônio Líquido .....	25
14 Receita Operacional Líquida .....	26
15 Custos e Despesas Operacionais .....	26
16 Resultado Financeiro .....	28
17 Imposto de Renda e Contribuição Social .....	28
18 Instrumentos Financeiros .....	29
19 Seguros .....	32
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>33</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 .....</b>	<b>36</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

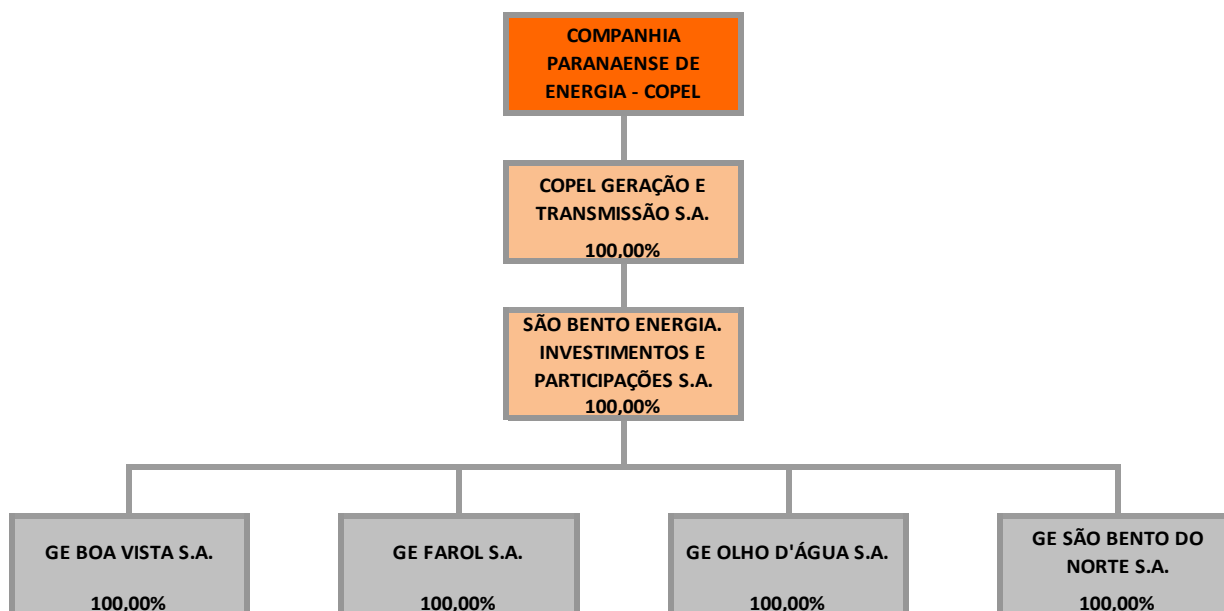
### AO ACIONISTA

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

### A COMPANHIA

A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.

#### ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA POSIÇÃO EM 31/12/2018



As quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão nº 07/2010-Aneel.

Somadas, as SPEs possuem 47 Aerogeradores com capacidade instalada de 94,0 MW e garantia física de 46,3 MW médios. A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de

Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos.

As unidades geradoras das quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento entraram em operação comercial em 25.02.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 464, de 24.02.2015.

Complexo Eólico	Leilão <sup>(1)</sup>	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (Mwméd)	Geração (GWh)	Preço <sup>(2)</sup>	Vencimento da Autorização	Localização do Parque
GE Boa Vista S.A.		14,0	6,3	48,44	226,15	24.04.2046	São Bento do Norte - RN
GE Farol S.A.	2º LFA	20,0	10,1	80,46	219,56	20.04.2046	
GE Olho D' Água S.A.	(26/08/2010)	30,0	15,3	125,00	219,56	01.06.2046	
GE São Bento do Norte S.A.		30,0	14,6	116,39	219,56	18.05.2046	
<b>Total</b>		<b>94,0</b>	<b>46,3</b>	<b>370,29</b>			

<sup>(1)</sup> LFA - Leilão de Fontes Alternativas/CCEAR.

<sup>(2)</sup> Preço atualizado até dezembro/2018.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2018	2017	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	486.845	475.701	2,3
Caixa e equivalentes de caixa	82.342	36.418	126,1
Títulos e valores mobiliários	79.391	78.097	1,7
Dívida total	235.121	253.777	(7,4)
Dívida líquida	73.388	139.262	(47,3)
Receita operacional bruta	78.411	95.636	(18,0)
Deduções da receita	(13.562)	(23.927)	(43,3)
Receita operacional líquida	64.849	71.709	(9,6)
Custos e despesas operacionais	(25.405)	(41.182)	(38,3)
Resultado das atividades	39.444	30.527	29,2
Ebitda ou Lajida	59.149	51.345	15,2
Resultado financeiro	(12.928)	(14.425)	(10,4)
IRPJ/CSLL	(13.508)	(5.950)	127,0
Lucro operacional	26.516	16.102	64,7
Lucro líquido do exercício	13.008	10.152	28,1
Patrimônio líquido	191.771	181.853	5,5
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,5	1,0	50,0
Liquidez geral (índice)	0,6	0,5	20,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	91,2	71,6	27,4
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	122,6	139,6	(12,2)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	40,9	22,5	81,8
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	20,1	14,2	41,5
Participação de capital de terceiros (%)	60,6	61,8	(1,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	7,2	5,6	28,6

<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)

Em 2018, o lucro líquido atribuído a acionista da Companhia foi de R\$ 13.008 mil, sendo 28,1% superior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 10.152 mil.

## **São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.**

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos a acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 16 de abril de 2019

Luiz Eduardo Linero

Diretor Presidente

**COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente JAIME DE OLIVEIRA KUHN

Membros MARCO AURELIO M. DA SILVA

NICOLE DOMAKOSKI MACHADO

**CONSELHO FISCAL**

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA

Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA

RICARDO VIDINICH

Membros Suplentes HEITOR DANTAS FILHO

**DIRETORIA**

Diretor Presidente LUIZ EDUARDO LINERO

Diretor de Gestão JULIANA PINHEIRO DE LIMA

Diretor de Finanças CLAUMIR CORSI RODRIGUES

**CONTADOR**

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	95	189	82.342	36.418
Clientes	6	-	-	16.173	20.287
Dividendos a receber	7	15.127	12.966	-	-
Outros créditos		-	9	-	1.810
Imposto de renda e contribuição social		383	299	1.070	643
Outros tributos a recuperar		-	-	102	60
Despesas antecipadas		22	-	468	-
Partes relacionadas	7	7	7	-	-
		<b>15.634</b>	<b>13.470</b>	<b>100.155</b>	<b>59.218</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Títulos e valores mobiliários	8	45.707	46.333	79.391	78.097
Outros créditos		-	-	-	5.181
Outros tributos a recuperar		-	-	4	-
		<b>45.707</b>	<b>46.333</b>	<b>79.395</b>	<b>83.278</b>
<b>Investimentos</b>	9	<b>185.472</b>	<b>175.532</b>	-	-
<b>Imobilizado</b>	10	-	-	<b>307.295</b>	<b>333.205</b>
		<b>231.179</b>	<b>221.865</b>	<b>386.690</b>	<b>416.483</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>246.813</b>	<b>235.335</b>	<b>486.845</b>	<b>475.701</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balanços Patrimoniais**  
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>					
Obrigações sociais e trabalhistas		53	88	53	88
Partes relacionadas	7	2.724	2.781	5.012	5.627
Fornecedores		7	27	19.522	21.027
Imposto de renda e contribuição social		216	224	9.258	598
Outras obrigações fiscais		2	2	707	1.074
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	20.967	20.997
Dividendos a pagar	7	10.076	9.398	10.076	9.398
Outras contas a pagar		101	101	1.600	1.573
		<b>13.179</b>	<b>12.621</b>	<b>67.195</b>	<b>60.382</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	7	41.848	40.718	-	-
Fornecedores		-	-	12.436	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1	1.274	533
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	214.154	232.780
Outras contas a pagar		-	-	-	11
Provisões para litígios	12	15	142	15	142
		<b>41.863</b>	<b>40.861</b>	<b>227.879</b>	<b>233.466</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	13.1	173.622	173.622	173.622	173.622
Reserva legal	13.2	1.648	998	1.648	998
Reserva de retenção de lucros		7.233	7.233	7.233	7.233
Dividendo adicional proposto	13.3	9.268	-	9.268	-
		<b>191.771</b>	<b>181.853</b>	<b>191.771</b>	<b>181.853</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>246.813</b>	<b>235.335</b>	<b>486.845</b>	<b>475.701</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



### Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	14	-	-	<b>64.849</b>	<b>71.709</b>
<b>Custos Operacionais</b>	15	-	-	<b>(36.230)</b>	<b>(35.604)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		-	-	<b>28.619</b>	<b>36.105</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	15	(1.050)	(1.392)	(2.836)	(5.010)
Outras despesas operacionais, líquidas	15	126	(124)	13.661	(568)
Resultado da equivalência patrimonial	9	12.101	9.071	-	-
		<b>11.177</b>	<b>7.555</b>	<b>10.825</b>	<b>(5.578)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>11.177</b>	<b>7.555</b>	<b>39.444</b>	<b>30.527</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	16				
Receitas financeiras		2.739	4.089	8.870	9.992
Despesas financeiras		(1)	(128)	(21.798)	(24.417)
		<b>2.738</b>	<b>3.961</b>	<b>(12.928)</b>	<b>(14.425)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>13.915</b>	<b>11.516</b>	<b>26.516</b>	<b>16.102</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	17				
Imposto de renda e contribuição social		(908)	(1.363)	(12.767)	(5.497)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1	(1)	(741)	(453)
		<b>(907)</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(13.508)</b>	<b>(5.950)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.008</b>	<b>10.152</b>	<b>13.008</b>	<b>10.152</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>13.008</b>	<b>10.152</b>	<b>13.008</b>	<b>10.152</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>13.008</b>	<b>10.152</b>	<b>13.008</b>	<b>10.152</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>		<b>124.978</b>	<b>48.644</b>	<b>490</b>	-	<b>6.986</b>	-	<b>181.098</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.152	10.152
Aumento de capital		48.644	(48.644)	-	-	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(6.986)	-	(6.986)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	508	-	-	(508)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	-	(2.411)	(2.411)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	7.233	-	(7.233)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>173.622</b>	-	<b>998</b>	<b>7.233</b>	-	-	<b>181.853</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.008	13.008
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	650	-	-	(650)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	9.268	(12.358)	(3.090)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>173.622</b>	-	<b>1.648</b>	<b>7.233</b>	<b>9.268</b>	-	<b>191.771</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		<b>13.008</b>	<b>10.152</b>	<b>13.008</b>	<b>10.152</b>
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais</b>					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas	11.2	-	-	21.506	24.077
Imposto de renda e contribuição social	17	908	1.363	12.767	5.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(1)	1	741	453
Resultado da equivalência patrimonial	9	(12.101)	(9.071)	-	-
Depreciação	10	-	-	19.705	20.818
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		(127)	124	(127)	107
Resultado das baixas de imobilizado	10	-	-	11.350	341
		<b>1.687</b>	<b>2.569</b>	<b>78.950</b>	<b>61.445</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>					
Clientes		-	-	4.114	(2.027)
Outros créditos		9	(2)	6.991	(2)
Imposto de renda e contribuição social		(84)	(109)	(427)	(346)
Outros tributos a recuperar		-	-	(46)	-
Despesas antecipadas		(22)	-	(468)	-
		<b>(97)</b>	<b>(111)</b>	<b>10.164</b>	<b>(2.375)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>					
Obrigações sociais e trabalhistas		(35)	(17)	(35)	(17)
Partes relacionadas		1.073	5.015	(615)	(290)
Fornecedores		(20)	27	10.931	20.775
Outras obrigações fiscais		-	1	(367)	541
Outras contas a pagar		-	-	16	(1.542)
		<b>1.018</b>	<b>5.026</b>	<b>9.930</b>	<b>19.467</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
		<b>2.608</b>	<b>7.484</b>	<b>99.044</b>	<b>78.537</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(916)	(1.295)	(4.107)	(6.147)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(20.000)	(21.342)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
		<b>1.692</b>	<b>6.189</b>	<b>74.937</b>	<b>51.048</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aplicações financeiras		626	(3.810)	(1.294)	(6.513)
Aquisições de imobilizado	10	-	-	(5.145)	(10.535)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
		<b>626</b>	<b>(3.810)</b>	<b>(6.439)</b>	<b>(17.048)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(20.162)	(19.997)
Dividendos pagos		(2.412)	(2.329)	(2.412)	(2.329)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
		<b>(2.412)</b>	<b>(2.329)</b>	<b>(22.574)</b>	<b>(22.326)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>(94)</b>	<b>50</b>	<b>45.924</b>	<b>11.674</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	189	139	36.418	24.744
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	95	189	82.342	36.418
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>(94)</b>	<b>50</b>	<b>45.924</b>	<b>11.674</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
em milhares de reais

## 1 Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Emiliano Pernetá, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba - PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas:

<b>Controladas</b>	<b>Leilão</b>	<b>MW</b>	<b>Aerogeradores</b>
GE Boa Vista S.A	07/02012 2º LFA	14	7
GE Farol S.A.	07/02012 2º LFA	20	10
GE Olho D'Água S.A.	07/02012 2º LFA	30	15
GE São Bento do Norte S.A.	07/02012 2º LFA	30	15

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

## 2 Concessões e Autorizações

<b>Contratos de Autorização das Controladas</b>		<b>Vencimento</b>
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011 - Usina Eolielétrica - EOL Dreen Boa Vista	24.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	18.05.2046

### **3 Base de Preparação**

#### **3.1 Declarações de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 16.04.2019.

#### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **3.4.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 4.1 - Base de consolidação;
- NE nº 4.2 - Instrumentos financeiros; e

### 3.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs n<sup>os</sup> 4.3 e 10 - Imobilizado;
- NE n<sup>o</sup> 4.4 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE n<sup>os</sup> 4.5 e 12 - Provisões;
- NE n<sup>o</sup> 4.6 - Reconhecimento de receita;
- NE n<sup>o</sup> 4.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE n<sup>o</sup> 4.8 e 17- Imposto de renda e contribuição social diferidos.

### 3.5 **Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora.

## 4 Principais Políticas Contábeis

### 4.1 **Base de consolidação**

#### 4.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

#### 4.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

### 4.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

#### 4.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### 4.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 4.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 4.2.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## 4.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

## 4.4 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

### 4.4.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.



### 4.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### 4.5 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

### 4.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela “não performance” com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

#### **4.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### **4.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

#### **4.9 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

#### **4.10 Novas normas adotadas a partir deste exercício**

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram revisados e não tiveram nenhum efeito relevante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência, em 1º.01.2018:

- (i) ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (ii) CPC 28/IAS 40 - Propriedades para investimento;
- (iii) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; e
- (iv) Revisão anual do CPC nº 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

Além disso, a Companhia e suas controladas adotaram as seguintes normas a partir de 1º.01.2018:

### 4.10.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Na adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia aplicou a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O impacto na Companhia foi a mudança de classificação da rubrica de Clientes, que era classificada como ativo financeiro na categoria de Empréstimos e recebíveis, pelo CPC 38/IAS 39, e passou a ser classificada como ativo financeiro mensurados pelo custo amortizado, a partir da adoção do CPC 48/IFRS 9.

Além disso, a norma exige que a Administração da Companhia realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Anteriormente, o *impairment* de contas a receber de clientes era apresentado como perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis eram baixadas por meio da redução direta do valor contábil.

Desde a adoção da nova norma a Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes.

Com relação aos passivos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 definiu que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em incompatibilidade na demonstração do resultado. Não houve impacto na classificação de passivos financeiros da Companhia.

### 4.10.2 CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com clientes

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação, conforme previsto no Apêndice C do CPC 47, em seus itens C3 (b) e C7.

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato.

Não houve impacto nas Demonstrações Financeiras.

### 4.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- (i) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;
- (ii) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e
- (iii) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

#### 4.11.1 CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1)/ IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Por esses apresentarem remuneração variável ao arrendador, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 orienta que a despesa deve ser reconhecida quando incorrida. A adoção desse pronunciamento não causará impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.

4.11.2 ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

## 5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	57	30	5.273	6.338
Aplicações financeiras de liquidez imediata	38	159	77.069	30.080
	<b>95</b>	<b>189</b>	<b>82.342</b>	<b>36.418</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 98,0% e 100,2% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 6 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2018	31.12.2017
Receita faturada	10.647	-	4	10.651	13.526
Receita não faturada	5.522	-	-	5.522	6.761
	<b>16.169</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>16.173</b>	<b>20.287</b>

Em 31.12.2018, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

## 7 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Controladas</b>				
GE Farol S.A. - dividendos	14.087	12.966	-	-
GE Olho D'Água S.A. - dividendos	682	-	-	-
GE São Bento do Norte S.A. - dividendos	358	-	-	-
Outros (a)	7	7	-	-
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Controlador</b>				
Copel Geração e Transmissão - dividendos	10.076	9.398	10.076	9.398
<b>Controlador</b>				
Copel Geração e Transmissão (b)	15	26	109	234
Companhia Paranaense de Energia (b)	7	18	55	168
<b>Controladas (a)</b>				
GE Boa Vista S.A.	379	379	-	-
GE Farol S.A.	150	150	-	-
GE Olho D'Água S.A.	224	224	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	1.925	1.924	-	-
<b>Entidade sob controle comum</b>				
Copel Distribuição S.A. (b)	24	59	196	565
Copel Renováveis S.A. (b)	-	1	4.652	4.660
<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Controladas (c)</b>				
GE Boa Vista S.A.	4.469	4.301	-	-
GE Farol S.A.	15.441	15.201	-	-
GE Olho D'Água S.A.	9.296	8.935	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	12.642	12.281	-	-

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos, os quais serão ressarcidos em 2019;
- b) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum;
- c) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do BNDES da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Em 2018, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 533 (R\$ 985, em 2017), e encargos sociais, no valor de R\$ 108 (R\$ 215, em 2017), conforme demonstrado na NE nº 15.1. A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

## 8 Títulos e Valores Mobiliários

Correspondem a aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, com indexador de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação (NE nº 11).

## 9 Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2017	Equivalência patrimonial	Aporte	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2017	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2018
GE Boa Vista S.A.	23.616	(6)	1		23.611	836	-	24.447
GE Farol S.A.	48.441	2.218	-	(7.597)	43.062	4.721	(1.121)	46.662
GE Olho D'Água S.A.	49.971	4.607	-	-	54.578	4.232	(682)	58.128
GE São Bento do Norte S.A.	52.029	2.252	-	-	54.281	2.312	(358)	56.235
	<b>174.057</b>	<b>9.071</b>	<b>1</b>	<b>(7.597)</b>	<b>175.532</b>	<b>12.101</b>	<b>(2.161)</b>	<b>185.472</b>

## 10 Imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2017	Adições	Depreciação (a)	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2017	Adições	Depreciação (a)	Baixas	Capitalizações	Transferências	Saldo em 31.12.2018
<b>Em serviço</b>												
Máquinas e equipamentos	345.945	-	(20.818)	-	(6.971)	318.156	-	(19.699)	(11.350)	15.156	(191.369)	110.894
Edificações	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	136	-	131
Móveis e utensílios	1	-	-	-	-	1	-	(1)	-	20	-	20
	<b>345.946</b>	<b>-</b>	<b>(20.818)</b>	<b>-</b>	<b>(6.971)</b>	<b>318.157</b>	<b>-</b>	<b>(19.705)</b>	<b>(11.350)</b>	<b>15.312</b>	<b>(191.369)</b>	<b>111.045</b>
<b>Em curso</b>												
Custo	4.865	10.535	-	(341)	(11)	15.048	5.145	-	-	(15.312)	191.369	196.250
	<b>4.865</b>	<b>10.535</b>	<b>-</b>	<b>(341)</b>	<b>(11)</b>	<b>15.048</b>	<b>5.145</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.312)</b>	<b>191.369</b>	<b>196.250</b>
	<b>350.811</b>	<b>10.535</b>	<b>(20.818)</b>	<b>(341)</b>	<b>(6.982)</b>	<b>333.205</b>	<b>5.145</b>	<b>(19.705)</b>	<b>(11.350)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>307.295</b>

(a) Taxa média de depreciação de 4,88 % (5,02 % em 2017)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2018 e 2017.

Em 2018, em função de sinistro ocorrido com aerogeradores, houve a transferência de R\$ 191.369 do imobilizado em serviço para o imobilizado em curso a fim de proceder os reparos necessários.

## 11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
							31.12.2018	31.12.2017	
11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	45.158	48.742	
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	33.385	36.034	
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	75.715	81.723	
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	80.863	87.278	
							<b>235.121</b>	<b>253.777</b>	
							<b>Circulante</b>	<b>20.967</b>	<b>20.997</b>
							<b>Não circulante</b>	<b>214.154</b>	<b>232.780</b>

**Destinação:** construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

**Garantias:** Penhor de ações (GE Farol, GE Boa Vista, GE S.B.Norte and GE Olho D'Água); cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

### 11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2018	Consolidado
2020	20.234
2021	20.234
2022	20.234
2023	20.234
2024	20.234
Após 2024	112.984
	<b>214.154</b>

### 11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

<b>Em 01.01.2017</b>	<b>271.039</b>
Encargos e variação monetária	24.077
Amortização - principal	(19.997)
Pagamento - encargos	(21.342)
<b>Em 31.12.2017</b>	<b>253.777</b>
Encargos e variação monetária	21.506
Amortização - principal	(20.162)
Pagamento - encargos	(20.000)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>235.121</b>

### 11.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

As controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Até 31.12.2018, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.



Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

<b>Empresa</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Indicador Financeiros</b>	<b>Limite</b>
São Bento Energia, Investimento e Participações GE Boa Vista S.A. GE Farol S.A. GE Olho D'Água S.A. GE São Bento do Norte S.A.	Contrato de Cessão BNDES BNDES Finem nº 11211531 BNDES Finem nº 11211521 BNDES Finem nº 11211551 BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

## 12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, atualizou as estimativas de perda em provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, resultando em uma redução no montante de R\$ 126 no exercício de 2018 (provisão de R\$ 103 em 2017), quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2018, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 30.483 (R\$ 26.809 em 31.12.2017), são principalmente de natureza tributária, referente a questionamento de Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS retido sobre serviços de construção civil.

## 13 Patrimônio Líquido

### 13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2018 monta a R\$ 173.622 (R\$ 173.622, em 31.12.2017), composto por 173.621.468 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

### 13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

### 13.3 Dividendos mínimos obrigatórios

Controladora	31.12.2018	31.12.2017
<b>(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	13.008	10.152
Reserva legal (5%)	(650)	(508)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	12.358	9.644
	<b>3.090</b>	<b>2.411</b>
<b>(2) Dividendos propostos</b>	<b>3.090</b>	<b>2.411</b>
<b>(3) Dividendo adicional proposto (2-1)</b>	<b>9.268</b>	-

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício.

## 14 Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	75.563	79.295
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.848	16.341
(-) Provisão para não performance de geração	(10.700)	(20.435)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(2.862)	(3.492)
	<b>64.849</b>	<b>71.709</b>

## 15 Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2018	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2017
Pessoal e administradores (15.1)	(731)	-	(731)	(998)	-	(998)
Planos previdenciário e assistencial	(8)	-	(8)	(11)	-	(11)
Material	(1)	-	(1)	(3)	-	(3)
Serviços de terceiros	(185)	-	(185)	(293)	-	(293)
Provisão para litígios	-	126	126	-	(124)	(124)
Outras despesas operacionais	(125)	-	(125)	(87)	-	(87)
	<b>(1.050)</b>	<b>126</b>	<b>(924)</b>	<b>(1.392)</b>	<b>(124)</b>	<b>(1.516)</b>

Consolidado	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2018	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2017
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(279)	-	-	(279)	(34)	-	-	(34)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.867)	-	-	(3.867)	(3.826)	-	-	(3.826)
Pessoal e administradores (15.1)	-	(1.596)	-	(1.596)	(1.136)	(2.828)	-	(3.964)
Planos previdenciário e assistencial	-	(68)	-	(68)	(135)	(226)	-	(361)
Material	(46)	(4)	-	(50)	(91)	(49)	-	(140)
Serviços de terceiros (15.2)	(10.423)	(485)	-	(10.908)	(9.009)	(793)	-	(9.802)
Depreciação e amortização	(19.705)	-	-	(19.705)	(20.818)	-	-	(20.818)
Provisão para litígios	-	-	126	126	-	-	(103)	(103)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (15.3)	(1.910)	(683)	13.535	10.942	(555)	(1.114)	(465)	(2.134)
	<b>(36.230)</b>	<b>(2.836)</b>	<b>13.661</b>	<b>(25.405)</b>	<b>(35.604)</b>	<b>(5.010)</b>	<b>(568)</b>	<b>(41.182)</b>

### 15.1 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	85	68	713	1.814
Encargos sociais	29	23	242	627
Auxílio alimentação e educação	-	-	-	8
Provisão participação nos lucros e/ou resultados	-	-	-	1
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	-	292
	<b>114</b>	<b>91</b>	<b>955</b>	<b>2.742</b>
<b>Administradores</b>				
Honorários	514	742	533	985
Encargos sociais	103	148	108	215
Outros gastos	-	17	-	22
	<b>617</b>	<b>907</b>	<b>641</b>	<b>1.222</b>
	<b>731</b>	<b>998</b>	<b>1.596</b>	<b>3.964</b>

### 15.2 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017
Manutenção do sistema elétrico	8.535	7.430
Manutenção de instalações	1.152	1.198
Consultoria e auditoria	188	231
Comunicação, processamento e transmissão de dados	34	166
Outros serviços	999	777
	<b>10.908</b>	<b>9.802</b>

### 15.3 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017
Perdas na desativação de bens	11.350	-
Arrendamentos e aluguéis	790	1.327
Tributos	350	781
Indenização referente ao sinistro ocorrido nos parques eólicos	(25.110)	-
Outros custos e despesas	1.678	26
	<b>(10.942)</b>	<b>2.134</b>

#### 15.3.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Mais de			Total 31.12.2017
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 anos	
Arrendamento de terrenos	754	3.624	25.471	29.850

No saldo estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

## 16 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	2.739	4.083	7.353	9.248
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	519	322
Outras receitas financeiras	-	6	998	422
	<b>2.739</b>	<b>4.089</b>	<b>8.870</b>	<b>9.992</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	21.508	24.096
Outras despesas financeiras	1	128	290	321
	<b>1</b>	<b>128</b>	<b>21.798</b>	<b>24.417</b>
<b>Líquido</b>	<b>2.738</b>	<b>3.961</b>	<b>(12.928)</b>	<b>(14.425)</b>

## 17 Imposto de Renda e Contribuição Social

Consolidado	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	78.411	78.411	95.001	95.001
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>6.273</b>	<b>9.409</b>	<b>7.600</b>	<b>11.400</b>
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	5.693	5.693	7.915	7.915
Ganho de Capital	25.110	25.110	-	-
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>37.076</b>	<b>40.212</b>	<b>15.515</b>	<b>19.315</b>
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>9.149</b>	<b>3.618</b>	<b>3.759</b>	<b>1.738</b>
Receita financeira provisionada	2.179	2.179	1.333	1.333
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>545</b>	<b>196</b>	<b>333</b>	<b>120</b>

## 18 Instrumentos Financeiros

### 18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	82.342	82.342	36.418	36.418
Títulos e valores mobiliários (b)	8	2	79.391	79.391	78.097	78.097
<b>Custo amortizado</b>						
Cientes (a)	6	1	16.173	16.173	20.287	20.287
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>177.906</b>	<b>177.906</b>	<b>134.802</b>	<b>134.802</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)		1	31.958	31.958	21.027	21.027
Empréstimos e financiamentos (c)	11	2	235.121	237.448	253.777	233.251
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert		2	-	-	471	471
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>267.079</b>	<b>269.406</b>	<b>275.275</b>	<b>254.749</b>

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

**Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

**Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

#### Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 1,94% a.a. acima da TJLP, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

### 18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)	82.342	36.418
Títulos e valores mobiliários (a)	79.391	78.097
Cientes (b)	16.173	20.287
	<b>177.906</b>	<b>134.802</b>

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

#### 18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

<b>Consolidado</b>	<b>Juros (a)</b>	<b>Menos de 1 mês</b>	<b>1 a 3 meses</b>	<b>3 meses a 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Passivo Total</b>
<b>31.12.2018</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	2.615	6.788	30.593	135.893	163.859	339.747
Fornecedores	-	821	-	18.701	12.436	-	31.958
		<b>3.436</b>	<b>6.788</b>	<b>49.294</b>	<b>148.329</b>	<b>163.859</b>	<b>371.705</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

**Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2018 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 6,50% e TJLP - 6,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 08.02.2019, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2018	Cenários Projetados - dez/2019		
			Provável	Adverso	Remoto
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	79.391	5.160	3.875	2.580
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(235.121)	(15.283)	(19.104)	(22.924)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associadas às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

**18.3 Gerenciamento de capital**

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

<b>Consolidado</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Empréstimos e financiamentos	235.121	253.777
(-) Caixa e equivalentes de caixa	82.342	36.418
<b>Dívida líquida</b>	<b>152.779</b>	<b>217.359</b>
Patrimônio líquido	191.771	181.853
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>0,80</b>	<b>1,20</b>

**19 Seguros**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<b>Consolidado</b>	<b>Término da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>			
		<b>GE Boa Vista S.A</b>	<b>GE Farol S.A</b>	<b>GE Olho D'Água</b>	<b>GE São Bento do Norte S.A</b>
<b>Apólice</b>					
Seguro D&O	28.03.2020	96.870	96.870	96.870	96.870
Garantia de Pagamento - Extremoz	16.11.2019	57	83	125	125
Seguro de Riscos Operacionais	27.06.2019	71.510	110.135	154.106	153.606
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	13.08.2019	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2020	8.129	8.173	11.232	13.974

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
São Bento Energia, Investimento e Participações S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO BENTO ENERGIA, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 16 de abril de 2019

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA  
Presidente do Conselho

/s/

HEITOR DANTAS FILHO  
Membro do Conselho

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA  
Membro do Conselho